

DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DA MIGRAÇÃO INDÍGENA DA VENEZUELA PARA MANAUS, AMAZONAS

**DIAGNÓSTICO E
AVALIAÇÃO DA
MIGRAÇÃO INDÍGENA
DA VENEZUELA PARA
MANAUS, AMAZONAS**

DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DA MIGRAÇÃO INDÍGENA DA VENEZUELA PARA MANAUS, AMAZONAS

Brasília
2018

APOIO:



REALIZAÇÃO:



UFAM

As opiniões expressas nas publicações da Organização Internacional para as Migrações são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou de qualquer outra organização a qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira pela qual são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

OIM está comprometida pelo princípio de que a migração ordenada e em condições humanas beneficia aos migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional para as Migrações – Brasil
Casa da ONU – SEN 802, Conjunto C, Lote 17
Brasília-DF, Brasil / 70800-400
iombrasil@iom.int

Chefe da Missão da OIM no Brasil:

Stéphane Rostiaux

Expediente Técnico

Revisão de conteúdo

Marcelo Torelly

Projeto gráfico e diagramação

Simone Silva – Figuramundo

Revisão de língua portuguesa

Ana Terra

Bibliotecário responsável

Fernando Silva (CRB 1/2001)

D536 Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas / Sidney da Silva, Marcelo Torelly, organizadores. – Brasília : Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

36 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978-85-94066-04-6

1. Refúgio e Migração – Política. 2. Migrações – Políticas públicas. 3. Brasil – Política migratória. 4. Migração indígena – Venezuela. I. Silva, Sidney; Torelly, Marcelo (orgs.).

CDU 314.7(87:81)

© 2018 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Todos os direitos reservados. Esta publicação não poderá ser reproduzida, total ou parcialmente, nem gravada por quaisquer sistemas de registros, nem transmitida por quaisquer meios eletrônicos ou mecânicos, nem sujeita a processos de fotocópia sem a autorização prévia do editor.

OIM

A OIM é a agência das Nações Unidas para as migrações e a principal organização intergovernamental mundial atuante na temática. Criada em 1951, a organização trabalha de forma estreita com os governos, outras organizações internacionais e a sociedade civil para fazer frente aos desafios da migração. Com 169 Estados membros, 8 Estados observadores, 401 escritórios em mais de 100 países e aproximadamente 9.000 funcionários, a OIM dedica-se à promoção de uma migração humana e ordenada para o benefício de todos, fornecendo assistência e assessoramento a governos e migrantes. A OIM conta atualmente com 9 escritórios regionais (Bangkok, Bruxelas, Buenos Aires, Cairo, Dakar, Nairóbi, Pretória, San José da Costa Rica e Viena), dois escritórios especiais de ligação (Adis Abeba e Nova York) e dois centros administrativos (Cidade do Panamá e Manila). A OIM teve seu Acordo de Sede com o Brasil estabelecido legalmente em 18 de agosto de 2015, com a publicação do Decreto n. 8.503, outorgando-lhe privilégios e imunidades, inaugurando um escritório nacional em Brasília e ampliando de forma substantiva suas atividades no país.

UFAM – GEMA

A Universidade Federal do Amazonas é a maior universidade do estado do Amazonas e uma das mais importantes instituições de ensino da região norte do Brasil. O Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia – GEMA, é um grupo interdisciplinar voltado para questões relacionadas ao fenômeno migratório na Amazônia e no contexto internacional. O grupo tem como objetivo estudar o fenômeno migratório a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, seja no âmbito da migração interna e internacional; promover debates sobre a realidade migratória, com ênfase na região Panamazônica; propor elementos que viabilizem a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão dos migrantes; propor ações de extensão voltadas para a comunidade.

EQUIPE DO PROJETO

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Marcelo Torelly

Coordenador de Projeto da OIM no Brasil. Doutor em direito pela Universidade de Brasília, trabalha há dez anos com cooperação internacional, tendo atuado no governo federal e em organismos internacionais. Foi acadêmico visitante na Faculdade de Direito e no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Oxford (Reino Unido), pesquisador visitante no Institute for Global Law and Policy da Escola de Direito da Universidade Harvard (Estados Unidos) e professor da Universidade Católica de Brasília.

Guilherme Arosa Otero

Assistente de Projeto da OIM no Brasil. É mestre em políticas públicas pela Universidade Federal do ABC e bacharel em relações internacionais pela Universidade de São Paulo. Foi coordenador adjunto de políticas para migrantes da Prefeitura do Município de São Paulo.

PESQUISA

Sidney Antônio da Silva – Coordenador

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), onde coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (Gema), além de integrar a rede de pesquisa sobre migrações internacionais do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (IBP), com foco nos temas de imigração, fronteiras, políticas migratórias, dinâmica cultural, religiosidades, mercado de trabalho e cidadania. Doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Maria Helena Ortolan

Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam, onde coordena o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais da Amazônia, além de integrar a rede de pesquisa sobre migrações internacionais do IBP. Doutora em ciências sociais pela Unicamp, desenvolve estudos e pesquisas na área de etnologia indígena, com ênfase nos temas de política indigenista, política indígena e movimento indígena.

Sandro Martins de Almeida Santos

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam. Foi pesquisador vinculado ao Observatório das Migrações Internacionais (OBMi-gra) e atualmente integra a equipe de pesquisadores do Gema, onde pesquisa os temas relacionados aos fluxos transnacionais de pessoas, conhecimentos e afetos. É doutor em antropologia social pela Universidade de Brasília, com estágio de pós-doutorado em sociedade e fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

SUMÁRIO

RESUMO	11
1. Objetivo da pesquisa	13
2. Metodologia	13
3. Warao no Amazonas: desafios às políticas públicas	13
3.1 Warao num contexto de transformações socioculturais	13
3.2 Deslocamentos Warao no contexto das migrações internacionais	15
3.3 Warao no Brasil: redes migratórias e rotas de deslocamento	16
3.3.1 Redes migratórias e familiares	16
3.3.2 Rotas e características do deslocamento	17
3.4 Warao no Amazonas: desafios às políticas públicas	18
3.4.1 Breve histórico do acolhimento em Manaus	18
3.4.2 O Abrigo do Coroadó	19
3.4.3 As casas	21
3.5 Outras ações desenvolvidas por agentes governamentais e civis	22
3.6 Warao em Manaus: "índios na cidade"	23
3.6.1 Warao: entre a biomedicina e a bruxaria	23
4. Propostas para a construção de políticas migratórias indigenistas em contextos urbanos	25
4.1 Documentação	25
4.2 Geração de renda	26
4.3 Saúde	26
4.4 Educação	26
4.5 Moradia e trânsito	27
4.6 Cultura	27
5. Considerações finais	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS	33

RESUMO

Este estudo apresenta um diagnóstico da imigração indígena venezuelana na cidade de Manaus e sua interface com as políticas sociais, avaliando alcances e limites, tendo em vista recomendações de políticas públicas de acolhimento, saúde e educação para os Warao. Essas recomendações poderão orientar, eventualmente, ações voltadas para outros grupos indígenas em contextos urbanos. A pesquisa foi realizada em quatro etapas: (i) mapeamento das formas de acolhimento institucional e entrevista com os responsáveis; (ii) entrevistas com os indígenas Warao (homens, mulheres e lideranças); (iii) oficinas com as lideranças indígenas e com autoridades locais estaduais e municipais, bem como entidades não governamentais; e (iv) elaboração de propostas para a recomendação de políticas. Observa-se, como tendência, o surgimento de um campo de circulação migratória entre Venezuela e Brasil, que chama atenção para dois aspectos principais: as fragilidades de articulação entre os poderes federal, estadual e municipal; e a necessidade de construir uma melhor comunicação intercultural entre os modos de vida Warao e as instituições brasileiras.

1. Objetivo da pesquisa

Elaborar diagnóstico da imigração indígena venezuelana na cidade de Manaus e sua interface com as políticas sociais, avaliando alcances e limites e tendo em vista recomendações de políticas públicas de acolhimento, saúde e educação para os Warao. Tais recomendações poderão orientar ações voltadas para outros grupos indígenas em contextos urbanos.

2. Metodologia

- i. Mapeamento das formas de acolhimento vigentes na cidade, apontando seus agentes, suas instituições e implicações. Nesta fase, foram entrevistados os responsáveis pelos locais de acolhida.
- ii. Levantamento de dados sobre os Warao, através de entrevistas semiabertas com dez indígenas (homens e mulheres), entre os quais um mínimo de cinco lideranças assim identificadas.
- iii. Realização de duas oficinas: uma com lideranças indígenas e uma incluindo as autoridades locais estaduais e municipais – entre elas Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU)– e entidades não governamentais, como a Caritas e a Pastoral do Migrante, com o objetivo de discutir questões levantadas pela pesquisa, como políticas públicas de acolhimento, saúde e educação.
- iv. Elaboração de relatório final contendo as propostas para a recomendação de políticas públicas, incluindo possíveis ações e políticas migratórias do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

3. Warao no Amazonas: desafios às políticas públicas

3.1 Warao num contexto de transformações socioculturais

Originários do Delta do Orinoco no Estado Delta Amacuro, os Warao estão presentes em três estados da Venezuela: Monagas, Bolívar e Sucre. Eles se autodefinem como *Warao*, etnônimo comumente atribuído à expressão *Wa Arao* (“povo das canoas” ou “navegantes”), referência aos habitantes do litoral caribenho tidos como hábeis canoeiros e pescadores (Gassón; Heinen, 2012). São dedicados à pesca e à coleta de produtos para complementar a alimentação. A palmeira de buriti ou *morichi*, na língua Warao, vegetal abundante nos canais do delta, é recurso fundamental para sua economia e cultura, fornecendo matéria-prima para casas, embarcações e alimento. A agricultura foi introduzida tardiamente por missionários oriundos da Guiana, no fim da década de 1920, particularmente com o cultivo do *ocumo chino*, um tubérculo rico em amido (Heinen; Ruddle, 1974).

O contato regular com a sociedade venezuelana se dá desde a década de 1960, em razão de intervenções ambientais em seu território por agricultores e pecuaristas *criollos*. A migração temporária para centros urbanos, como Caracas, Tucupita, Barrancas e La Horqueta, decorre da insuficiência de políticas estatais, como a falta de saneamento e de tratamento médico, agravados pela exploração de petróleo dos anos 1990. De acordo com García Castro (2000), de cada dez indígenas, sete vivem em zonas urbanas, número que revela uma significativa presença Warao em contextos urbanos. Estima-se que a população Warao atualmente gire em torno de 49 mil pessoas, sendo a segunda maior população indígena da Venezuela (Ramos; Botelho; Tarragó, 2017).

A inserção dos Warao no mercado de trabalho venezuelano acontece informal e precariamente, preenchendo demandas do mercado onde não são exigidas qualificações, como o setor de serviços (ajudante de pedreiro, descarregador, cuidador de propriedades) e a mendicância pelas ruas das cidades, atividade exercida pelas mulheres como forma de ampliar a obtenção de recursos materiais. Contudo, tal fato, segundo García Castro (2000), não os impediu de conservar aspectos de sua cultura e autonomia social, ainda que em situações de maior ou menor vulnerabilidade.

Essa tensão entre mudanças e permanência de aspectos culturais na dinâmica migratória dos Warao na Venezuela pôde ser observada numa oficina de trabalho realizada em novembro na Ufam. Além das lideranças Warao (25 pessoas), das Casas e do Abrigo do Coroadó, onde estavam abrigados em Manaus, compareceram representantes de entidades envolvidas no acolhimento desses indígenas na cidade, como a SEAS, a SEMMASDH, o MPF e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). No início da oficina, foi exibido um documentário amador sobre aspectos da cultura Warao, produzido em 1999 pelo viajante italiano Gian Luigi Concome, o qual mostrava seu modo de vida tradicional, como a forma de vestir-se, alimentar-se e relacionar-se com o meio ambiente.¹ Após a exibição do filme, algumas lideranças Warao reagiram dizendo que o modo de vida apresentado no filme já mudou em algumas comunidades, em razão do contato com o meio urbano e da presença de professores Warao que se formaram em universidades *criollas*. Aliás, a escola foi apontada por eles como um fator de mudança nas comunidades Warao e como uma preocupação no Brasil, pois as crianças não estão frequentando a escola. Os indígenas temem pelo “esquecimento” da cultura Warao por parte das crianças que estão no Brasil, pois o não aprendizado da língua materna pode ser um fator de “aculturação” dessas crianças em terras brasileiras.

Líderes presentes na oficina afirmaram que, apesar das mudanças ensejadas pela migração, a cultura Warao permanece a mesma, pois aspectos fundantes desse modo de vida, ou *ethos* cultural (Geertz, 1978), se mantêm, como a língua, o artesanato (ainda que já não tenham o acesso à palma do buriti no Brasil), o canto, as danças, as crenças, as relações de gênero etc. Vale notar a importância que o buriti (*morichi*) tem para esta cultura, em que essa árvore é vista como a “árvore da vida” em razão da diversidade de produtos que podem ser obtidos com a sua derrubada, como *La Yuruma* (farinha para fazer uma espécie de beiju), uma larva que serve de alimento (*el gusano*), um líquido que serve de bebida (*el guarapo*) e a palma, utilizada na confecção de diferentes tipos de artesanato. No Brasil, porém, o acesso ao buriti depende de licença ambiental e a árvore não pode ser derrubada.

Outras mudanças, como hábitos alimentares, também foram apontadas, pois um dos alimentos “típicos” da região do Delta Orinoco, como o tubérculo denominado *ocumo chimo*, não é encontrado no Brasil. Já em relação à indumentária, um líder afirmou que as mulheres seguem se vestindo de forma tradicional (com vestidos coloridos feitos por elas mesmas), contudo, observamos que algumas delas já adotaram o modo de vestir-se urbano.

Finalmente, foi ressaltada a importância do encontro, que constituiu uma oportunidade para reunir indígenas de diferentes comunidades de origem e com trajetórias migratórias diferenciadas, os quais, no entanto, vivem os mesmos desafios no Brasil.

1 *Los Indios Warao* Produção de Gian Luigi Concome. Disponível em: < https://www.youtube.com/results?search_query+=Warao/>. Acesso em 23/11/2017.

3.2 Deslocamentos Warao no contexto das migrações internacionais

Dados levantados nesta pesquisa confirmam o que o primeiro levantamento sobre este grupo no Brasil já havia apontado (Moreira; Camargo, 2017), ou seja, que as motivações dos deslocamentos Warao para o Brasil são diversas, entre elas, as precárias condições de permanência em seus territórios tradicionais na Venezuela, a difícil situação econômica dos indígenas no contexto urbano daquele país, deteriorada ainda mais pela crise nacional venezuelana, a falta de segurança alimentar e a ausência de assistência médica e educacional, situações que os fazem ter expectativas diferentes quanto à sua permanência no Brasil.

Além desses fatores de ordem estrutural, a proximidade geográfica e a facilidade de acesso à fronteira brasileira via transporte rodoviário contribuíram para direcionar o fluxo migratório dos Warao para o território brasileiro. Se os deslocamentos dos Warao no contexto venezuelano e para países vizinhos, como Trinidad e Tobago, não são uma novidade, a emigração para o Brasil se apresenta como um fato novo e, como tal, deve ser analisado num contexto mais amplo das migrações internacionais. Nesse sentido, três conceitos podem nos ajudar a entender as dimensões destes deslocamentos. O primeiro é o conceito de “migração de crise”, o segundo é o de “migração forçada” e o terceiro é o de “redes migratórias”.

O primeiro pressupõe que a crise “é socialmente construída na origem [...], mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração” (Baeninger; Peres, 2017, p. 123). Uma questão que se coloca, tomando como referência essa abordagem, é o perigo de a ideia de “crise” ser usada pelos Estados nacionais envolvidos na migração como subterfúgio para suas ações ou omissões em relação aos problemas enfrentados pelos imigrantes, já que estes passam a ser responsabilizados pelo “caos” que o fluxo migratório pode ensejar. Nesse sentido, a “migração de crise” pode, por um lado, ser usada pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os migrantes e, por outro, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência de políticas públicas de acolhimento, já que o “problema” sempre vem do outro lado da fronteira, portanto justifica, inclusive, o fechamento desta aos imigrantes.

Já o conceito de migração “forçada” (Jarochinski Silva, 2017) pressupõe que os fatores estruturais de ordem sociopolítica e econômica têm um peso determinante na decisão de emigrar, pois, em alguns casos, a vida do migrante pode estar em perigo por situações de violência e ameaças. Assim, tanto no caso da “migração de crise” quanto neste último, fatores estruturais predominam como elementos deflagradores de fluxos migratórios, fazendo da emigração a única saída possível. O problema é para onde ir, já que, em geral, não é possível escolher o país desejado e sonhado, porque os países fecham suas fronteiras para determinados grupos de imigrantes.

O problema é que ambos os conceitos de “migração de crise” e de “migração forçada”, quando aplicados de forma generalizante, correm o risco de vitimizar os sujeitos migrantes, transformando-os em meros “objetos” de políticas de acolhimento emergenciais, como é o caso dos campos de refugiados. Nesse caso, importantes diferenças entre eles são ignoradas, como as de classe, gênero, cultura, raça e faixa etária. Os sujeitos são englobados numa única categoria jurídica, que nem sempre coincide com as motivações subjacentes ao ato de emigrar.

No caso dos Warao, em se tratando de um fluxo migratório apoiado nas redes familiares, talvez o conceito de redes migratórias e sociais (Truzzi, 2008) possa contribuir mais do que os citados anteriormente para entender a dinâmica desta imigração, pois essas redes são decisivas tanto nos locais de partida quanto nos de chegada ou passagem e, como tais, são fundamentais para

manter o fluxo migratório ativo. Nesse sentido, redes migratórias são aquelas que se formam em função de um fluxo específico; já as redes sociais podem anteceder os fluxos migratórios e, em geral, estão ancoradas em laços de consanguinidade e amizade. Nesse caso, o protagonismo dos migrantes é ressaltado, já que as decisões de partir são tomadas com base nas informações que a rede faz circular. Contudo, tais redes podem ser também manipuladas por indivíduos inescrupulosos para atender outros interesses, como é o caso do tráfico de pessoas. Nesse caso, elas se transformam em formas de controle e de exploração. Ressaltar analiticamente o conceito de redes migratórias e sociais não significa desconsiderar a gravidade dos desajustes econômicos e políticos que mobilizaram famílias Warao para o Brasil, ainda mais diante do numeroso contingente populacional Warao deslocado no fluxo migratório aqui analisado. Contudo, não é objetivo deste relatório analisar a economia política venezuelana.

3.3 Warao no Brasil: redes migratórias e rotas de deslocamento

3.3.1 Redes migratórias e familiares

Os Warao não viajam sozinhos. Tanto as redes de parentesco como os grupos formados ao longo do caminho são de fundamental importância para suas estratégias de fixação e mobilidade, enquanto população indígena transeunte em busca de sustentabilidade num novo contexto. É importante considerar a mobilidade Warao como característica cultural da etnia e como estratégia social e econômica que promove a circulação não apenas de mercadoria, mas sobretudo de relações pessoais fundamentais na definição de papéis sociais e políticos (por exemplo, afirmação e constituição de parentesco e liderança).

No tempo desta pesquisa, não foi possível desenhar com clareza o sistema de parentesco Warao, investigação que demandaria contato continuado com esse grupo indígena. Contudo, foi possível apreender que existe circulação de crianças entre adultos de uma mesma parentela, tendo em vista acompanhar as mulheres em suas atividades de rua. Elas comentam que os doadores de dinheiro nos sinais de trânsito são muito mais generosos quando as mulheres estão acompanhadas de crianças. Se, por um lado, este procedimento causa problemas quanto à legislação brasileira de proteção às crianças e adolescentes, por outro, indica que os Warao possuem outro entendimento cultural sobre a infância. Os Warao, mulheres e homens, consideram “trabalho” o ato de sair às ruas para pedir dinheiro. Logo, do seu ponto de vista, são as mulheres, de variadas idades, que trabalham para a sobrevivência de crianças, adultos e idosos.

As mulheres Warao têm desempenhado papel fundamental como agentes sociais da promoção do fluxo migratório, assumindo funções econômicas para sustentar os coletivos. São elas que costumam fazer o deslocamento inicial antes dos demais das suas famílias, arrecadando fundos por meio da venda de artesanato e, primordialmente, da chamada *coleta* de dinheiro. Este deslocamento coletivo de mulheres, geralmente, tem sido realizado com o acompanhamento de alguns homens Warao da família extensa ou do grupo, que sobressaem como lideranças ao longo do fluxo migratório, viajando na companhia de grupos numerosos de mulheres. Foi assim de Boa Vista para Manaus e também de Manaus para Santarém e Belém. É comum maridos, pais e irmãos ficarem marcando posição enquanto suas mulheres, irmãs e filhas desbravam novas oportunidades e fontes de renda.

Ao longo das viagens, novos casais podem se formar. Nos casos observados em Manaus, os esposos passaram a acompanhar o grupo liderado pelo sogro. Os casamentos se realizam majori-

tariamente entre Warao. Um caso fora da curva foi o casamento de um jovem venezuelano não indígena com uma jovem indígena, após se conhecerem no abrigo da Pintolândia, em Boa Vista. Seguindo a tendência uxorilocal, contudo, o rapaz passou a residir com a família de sua esposa.

Para ter uma melhor compreensão do atual fluxo migratório para o Brasil, deve ser considerada a grande capacidade dos Warao de fazer circular informações sobre as possibilidades de gerar renda em outros territórios que não os de sua comunidade. No transcórre desta pesquisa, vários relatos foram obtidos sobre a presença dos Warao no Brasil. Alguns dos entrevistados afirmaram que outros Warao já haviam estado na fronteira entre a Venezuela e o Brasil em 2004. Seu Orlando, líder de uma das casas, disse ter sido o primeiro Warao a migrar para o país, em 2012: “foi um amigo venezuelano em Pacaraima que me ligou e disse que eu poderia sobreviver no Brasil vendendo redes. Alguém compra”. Noutro relato, o de Tirso, um Warao veio ao Brasil e lhe disse que aqui poderia ganhar mais dinheiro, em razão da diferença cambial (1 real = 600 bolívares).

Apesar destes deslocamentos anteriores, em Manaus a presença dos grupos migratórios Warao começou a ser visualizada apenas no final de 2016. A importância social da circulação de informações na constituição da rede migratória Warao pode ser materialmente constatada na valorização da aquisição de aparelhos e linhas de celular no Brasil. Os membros dos grupos migratórios que os possuem se afirmam como referência social para estabelecer contato com as agências e os agentes do acolhimento no Brasil e viabilizar o atendimento de suas demandas.

Dados do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Coroadó de 25 de janeiro de 2018 (Anexo III) mostram que, entre os 551 Warao atendidos em Manaus, 319 retornaram à Venezuela, ou seja, mais da metade. Outra parte significativa, 175, foi para o Pará. Já o número dos que permanecem na cidade é considerado baixo, em torno de 139, sempre oscilando para cima ou para baixo.

O retorno à Venezuela poderá ser temporário, seja para levar alimentos, roupas e remédios, entre outras coisas, aos familiares, seja para buscar mercadorias para ser vendidas no Brasil, ou ainda para trazer parte da família que ficou por lá, como filhos e filhas. Entretanto, o desejo de reunificação familiar não se limita ao núcleo familiar, podendo abranger parentes como sogro, sogra e cunhados. Isso revela a importância das redes familiares para a manutenção do fluxo migratório.

Num contexto de “crise” socioeconômica e política na Venezuela, o retorno “definitivo” poderá ser sempre postergado, seja pelas condições de vida desfavoráveis naquele país, seja pelas relações que são construídas no Brasil. Essa dupla pertença sinaliza a ambiguidade presente na condição do migrante, a de “[...] ser ignorada enquanto provisória, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo” (Sayad, 1998, p. 46).

3.3.2 Rotas e características do deslocamento

As famílias Warao que chegaram até Manaus são provenientes das comunidades de Mariusa, Arawabisi, Winikina, España, Araguamujo, Punta Pescador, Hanakahamã, Nabasanuka, Atoibo, Janokosebe e Barra Cocuina, todas situadas nos chamados *caños*, que formam o delta do Rio Orinoco.

Os Warao indicaram várias cidades na Venezuela que fazem parte dos seus deslocamentos, como Tucupita, Curiapó, Pedernales (estado Delta Amacuro), San Felix e Puerto Ordaz (estado Bolívar), Maturín (estado Monagas), Valência (estado Carabobo), Caracas (Distrito Federal) e Barquisimeto (estado Lara), além das regiões de garimpo, como Las Claritas e Km 88 (Bolívar). Eles narram que a entrada no Brasil foi feita por transporte terrestre entre San Félix e Santa Elena de Uairén

(Bolívar), cidade localizada na fronteira com o estado brasileiro de Roraima, onde cruzam *la línea* para chegar a Pacaraima (RR). De Pacaraima, viajam a Boa Vista, capital do estado. Sem exceção, todos os Warao chegaram até Manaus (AM) por via terrestre, de ônibus, saindo de Boa Vista. O trajeto de 800 km entre Boa Vista e Manaus é percorrido de ônibus, viagem que dura cerca de dez horas, com passagem de custo aproximado de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). A presença dos Warao em Manaus começou a ser visualizada apenas no final de 2016, embora, segundo relatos dos próprios indígenas, tal presença já fosse notada na fronteira desde 2014.

3.4 Warao no Amazonas: desafios às políticas públicas

3.4.1 Breve histórico do acolhimento em Manaus

Em um primeiro momento do fluxo migratório para Manaus, um grupo de Warao instalou-se em duas casas sublocadas no centro de Manaus, pelas quais pagava, por pessoa, o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por dia para habitar em condições insalubres, além de inseguras. Essa situação afetava de maneira particular as crianças, que adoeciam com frequência. A localização destas moradias era estratégica para os Warao poderem gerar renda para suas famílias, por meio da venda de artesanatos, alguns procedentes da Venezuela e outros fabricados localmente, bem como da arrecadação de dinheiro pelas mulheres que pediam nas ruas com as crianças. É relevante considerar estas práticas de geração de renda (venda de artesanato e arrecadação de dinheiro) como estratégia econômica dos Warao consolidada no processo de inserção de povos indígenas na lógica mercadológica do sistema capitalista. Apesar de este grupo Warao ter permanecido em condições de vida bastante precárias, foi outro grupo que conseguiu obter maior visibilidade diante da população local e das autoridades governamentais, por ter montado acampamento ao lado da rodoviária da cidade no início de 2017.

A partir de então, uma quantidade crescente de famílias Warao passou a chegar de Boa Vista, por meio das empresas de ônibus que fazem comercialmente a linha entre as capitais de Roraima e Amazonas. O aglomerado de indígenas venezuelanos abrigados em lonas provisórias, circulando nos espaços públicos da rodoviária, com crianças e pessoas mais idosas se arriscando entre o tráfego de ônibus e carros, criou o impacto público que exigiu das autoridades governamentais tomada de decisões para solucionar o problema da forma mais rápida possível. A Procuradoria da República no Amazonas (unidade sede do MPF no Amazonas) também desempenhou papel fundamental cobrando ação estatal dos governos do estado do Amazonas e do município.

A partir de então, surgiram várias propostas, entre elas a de transferência dos Warao para um local onde já viviam indígenas brasileiros em área mais periférica de Manaus, conhecido como Parque das Tribos. Esta proposta acabou não sendo aceita pelos Warao, embora eles não tenham comentado muito sobre esta decisão durante a pesquisa, provavelmente em razão da grande distância da localidade em relação às áreas mais centrais da cidade e à inserção na territorialidade de grupos indígenas diferentes de sua etnia.

Mediante um esforço intersetorial entre órgãos do governo federal, estadual e municipal, com atuação de entidades civis envolvidas com imigração e direitos humanos (Pastoral dos Migrantes e Caritas), as famílias Warao fixadas em Manaus passaram a ser encaminhadas para dois tipos de acolhimento. Em junho de 2017, os Warao acampados na rodoviária de Manaus foram alojados no abrigo do Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Família, situado no Bairro do Coroadó, sob a responsabilidade do governo estadual, por meio da Seas e da Sejusc.

Já as famílias Warao que estavam subalugando casas no Centro de Manaus foram transferidas, sob responsabilidade do governo municipal, por meio da SEMMASDH, com apoio das entidades civis citadas, para casas alugadas em diferentes bairros da cidade: Centro, Redenção (Zona Oeste), Monte Sinai (Zona Norte), Educandos (Zona Sul), Zumbi (Zona Leste). É importante ressaltar que os Warao mantinham a prática de visitação dos parentes entre as casas e o “abrigo”, com meios próprios de sociabilidade entre os grupos familiares e/ou de migração que residiam separadamente (por exemplo, marcando partidas de futebol, compartilhando momentos de alimentação e confeccionando artesanato).

3.4.2 O Abrigo do Coroado

O Abrigo do Coroado, nome pelo qual ficou mais conhecido, apesar de acolher inicialmente um número alto de pessoas, assemelha-se mais conceitualmente a uma casa de passagem, seguindo a definição do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

[...] Casa de passagem: Destinada a receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias. (Site institucional do MDS, disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>, acesso dia 07/05/2018).

O Serviço de Acolhimento Institucional foi inaugurado no final de junho de 2017, localizado em movimentada avenida no bairro Coroado, a cerca de 10 km do Centro de Manaus (Anexo I). O chamado “abrigo” tinha capacidade para receber até trezentas pessoas. Trata-se de um ginásio esportivo adaptado, no qual foram instalados um redário (estrutura de ferro para pendurar redes) e outras facilidades. Nas arquibancadas, as famílias Warao guardaram seus pertences. Na lateral do ginásio, quatro salas foram transformadas em dormitórios individuais para as famílias nucleares dos líderes indígenas. Também foi instalada uma cozinha industrial, um refeitório, banheiros masculino e feminino e uma área destinada à secretaria. Estes locais estão identificados em três idiomas: warao, português e espanhol.

O abrigo era gerenciado por uma equipe contratada pela Seas, que atuava no local nos horários de prestação de serviço do órgão público, de segunda a sexta-feira. Havia um regimento acordado com os Warao e planejamento de atividades. No local, eram servidas três refeições diárias: café da manhã (pão e suco), almoço (feijão e arroz, frango ou salsicha, e banana frita) e jantar, com o mesmo cardápio. O preparo era realizado por cozinheiras brasileiras, segundo o padrão de cozinha industrial, o que gerava reclamações por parte dos Warao.

Na medida do possível, os Warao procuraram guardar seus pertences em espaços delimitados por família, sobretudo para resguardar os materiais que adquiriam para enviar aos seus parentes na Venezuela. Apesar de terem sido incluídos no abrigo na lógica de assistência coletiva pela condição de migração, os Warao mantiveram seus interesses familiares da migração relacionados aos parentes que ficaram na Venezuela.

Ao longo do segundo semestre de 2017, o abrigo teve centralidade no fluxograma de acolhimento acordado entre os governos estadual e municipal. As famílias recepcionadas na rodoviária eram conduzidas primeiramente para o Serviço de Acolhimento Institucional, onde passavam por avaliações de saúde e eram organizadas em torno de líderes familiares ou do grupo de deslocamento

para, posteriormente, serem realocadas em casas gerenciadas pela prefeitura. Em dezembro de 2017, havia no abrigo quatro líderes (caciques situacionais).

Vale notar que houve um esvaziamento do abrigo no final de 2017, com o deslocamento sobretudo de mulheres para Belém e Santarém. As pessoas que permaneceram continuaram abrigadas conforme o protocolo inicial. As atividades foram encerradas em 3 de janeiro de 2018. As famílias remanescentes, totalizando 47 (quarenta e sete) indígenas, foram distribuídas entre as casas gerenciadas pela prefeitura em diversos bairros de Manaus.

O quadro a seguir indica um perfil de famílias abrigadas no Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Coroadó durante seu funcionamento, em 2017, ou seja, a família nuclear, com pais e filhos, e a ampliada, com netos e parentes próximos, como sogro e cunhado, em alguns casos. As faixas etárias variam de 0 a 63 anos, com a presença de idosos e muitas crianças. A escolaridade é bastante baixa, com pessoas não alfabetizadas entre os mais velhos e jovens e crianças em idade escolar que não estudam no Brasil. As atividades laborais não variam muito, concentrando-se entre aquelas voltadas à agricultura, à pesca, ao artesanato e a serviços gerais.

Quadro 1 – Perfil de três famílias Warao atendidas no Abrigo do Coroadó

FAMÍLIAS INDÍGENAS WARAO – SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADULTOS E FAMÍLIAS – COROADO

Nº	FAMÍLIA 01	SX	H.M.C.	D.N.	IDADE	DOC	P.F./COMARE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	COMUNIDADE	OCUPAÇÃO
1	ACM	H	H	13/03/1996	31	C.I	D.P.I.E.	Genitor	E.F.I	ESPAÑA	Artesão, Agricultor
2	LCZ	F	M	30/10/1995	22	C.I	D.P.I.E.	Genitora	E.M.C	ESPAÑA	Serviços Gerais
3	LCZ	F	C	25/02/2014	3	8/DOC	D.P.I.E.	Filha	x	ESPAÑA	x
4	LCZ	F	C	12/01/2016	1	8/DOC	D.P.I.E.	Filha	x	ESPAÑA	x
5	AFC	H	C	04/10/2017	0	8/DOC	D.P.I.E.	Filho	x	ESPAÑA	x

Nº	FAMÍLIA 10	SX	H.M.C.	D.N.	IDADE	DOC	P.F./COMARE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	COMUNIDADE	OCUPAÇÃO
1	JP	H	H	30/04/1981	36	C.I	D.P.I.E.	Genitor	E.F.I	MARIHUSA	Artesão, Pescador
2	ECM	F	M	04/05/1988	29	C.I	D.P.I.E.	Genitora	E.M.C	MARIHUSA	Artesã
3	JDPC	H	C	24/03/2009	8	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Filho	Estudante	MARIHUSA	x
4	DJPC	H	C	21/07/2011	6	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Filho	Estudante	MARIHUSA	x
5	NDVPCM	F	C	02/07/2014	3	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Filha	x	MARIHUSA	x
6	YMCP	H	C	20/04/2016	1	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Filho	x	MARIHUSA	x

Nº	FAMÍLIA 18	SX	H.M.C.	D.N.	IDADE	DOC	P.F./COMARE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	COMUNIDADE	OCUPAÇÃO
1	CR	F	M	30/08/1954	63	C.I	D.P.I.E.	Genitora	Não Alfabetizado	ATOIBO	Artesã, Pescadora
2	DR	H	H	02/04/1968	49	C.I	D.P.I.E.	Genitor	Não Alfabetizado	ATOIBO	Artesão
3	CR	F	M	14/03/1985	32	C.I	D.P.I.E.	Filha	Não Alfabetizado	ATOIBO	Artesã, Agricultora
4	MJQR	H	C	04/05/2015	2	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Neto	Não Estuda	ATOIBO	x
5	YDCQR	F	C	01/03/2012	5	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Neta	Não Estuda	ATOIBO	x
6	SDCQR	F	C	15/04/2014	3	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Neta	Não Estuda	ATOIBO	x
7	IJQR	H	C	08/07/2016	1	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Neto	Não Estuda	ATOIBO	x
8	IJQR	H	C	06/12/2008	9	Reg. Nasc	D.P.I.E.	Neto	Estudante	ATOIBO	x

Legenda: H.M.C. (homem, mulher, criança) D.N.(data de nascimento) DOC (documento) P.F (polícia federal) C.I (carteira de identidade) E.F.I (ensino fundamental incompleto) E.F.C (ensino fundamental completo)

Fonte: Banco de dados SEMMASDH (2017)

3.4.3 As casas

Inicialmente, foram alugadas cinco casas, por meio de articulação entre entidades civis (Caritas e Pastoral dos Migrantes), governo federal e governo municipal de Manaus, para abrigar famílias Warao que se encontravam em situação de vulnerabilidade no centro da cidade.* O recurso para a manutenção das casas foi repassado pelo MDS (Brasil, 2017) ao governo municipal de Manaus, mediante Decreto de Situação de Emergência Social no Município (Prefeitura de Manaus, 2017a, 2017b).

Os critérios para locação das casas foram diversos, entre eles, a localização em bairros populares de Manaus atendidos por serviços pastorais da igreja católica e com fácil acesso aos serviços públicos, em especial os de saúde. Foram alugadas casas nas zonas Sul (bairro Educandos e Centro), Norte (Vale do Sinai, bairro não oficial de Manaus pertencente ao bairro Cidade Nova), Leste (bairro Zumbi II) e Oeste (bairro Redenção), sempre na vizinhança de alguma Unidade Básica de Saúde (UBS) (Anexo II).

De acordo com o fluxograma de acolhimento, passados 30 dias no abrigo, após exames de saúde e identificação das famílias, os Warao eram conduzidos para as casas gerenciadas pela prefeitura. Foi assim em 2017. Em janeiro de 2018, a casa no bairro Redenção passou a desempenhar as funções antes centralizadas no abrigo (Anexo IV). Com a redução do quantitativo Warao em dezembro de 2017, a casa no bairro Zumbi foi fechada (Anexo III).

A distribuição dos Warao entre as casas foi feita procurando não separar os grupos familiares. Os cômodos (“quartos amplos”) de cada casa foram divididos de acordo com núcleos familiares e/ou de parentesco mais próximo. As casas possuem fogões e refrigeradores (doação pública), televisões e ventiladores (doações privadas ou comprados pelos próprios Warao). Em cada casa, estabeleceu-se um líder responsável pela mediação entre os Warao e os agentes públicos e as

* Em 2018, após a conclusão da pesquisa, duas novas casas foram alugadas no Bairro Alfredo Nascimento (zona Norte). As casas dos bairros da Redenção (zona Oeste) e Educandos (zona Sul), foram fechadas. Com essa medida ressalta-se a distância que os Warao terão que percorrer para acessarem o centro de Manaus e os demais parentes residentes na casa da rua Tarumã (zona Central).

entidades civis. Este líder é definido pela própria situação de interlocução interna e externa. O exercício de sua liderança depende da circunstância das relações sociais na casa e de sua capacidade de comunicação com os interlocutores brasileiros.

A alimentação é fornecida semanalmente pela prefeitura, sendo composta de alimentos básicos, como frango, macarrão, açúcar e óleo, que são divididos entre as famílias de cada casa. Contudo, os Warao reclamam da falta de variedade e da ausência de alimentos como leite, café, carne bovina e, sobretudo, peixe. O preparo do alimento, nas casas, é responsabilidade de cada grupo.

3.5 Outras ações desenvolvidas por agentes governamentais e civis

Além dos serviços de acolhimento, há ações complementares, como a recepção dos migrantes na rodoviária de Manaus. A triagem é feita para as casas localizadas nos bairros da cidade. Atualmente, o plantão é das 8h às 17h, realizado por funcionários da Sejusc. No âmbito da saúde, a SEMSA oferece essa assistência: ao iniciar do fluxo migratório, o atendimento aos Warao era feito pelo programa Consultório na Rua, por estarem acampados na rua. No entanto, com a transferência dos indígenas para as casas e o abrigo, o atendimento passou a ser feito por equipe da SEMSA nos lugares do alojamento (visitas de assistência de saúde às casas e ações no abrigo).

Para acompanhar estas ações, a SEMMASDH contratou uma equipe multidisciplinar para assistir os Warao nas casas (antropóloga, assistente social, psicóloga e tradutores), com recurso recebido do MDS. No entanto, pelos trâmites burocráticos da contratação, a equipe só começou a atuar em novembro de 2017. Este descompasso temporal trouxe consequências para o trabalho de assistência às casas, que, muitas vezes, não contaram com acompanhamento mais direto quanto às condições logísticas e de relacionamentos.

Entre outras ações, destacamos os esforços para a regulamentação de documentos para a estada no Brasil: a SEMMASDH e a Sejusc promoveram auxílio à retirada de documentação, como o Protocolo de Refúgio junto à Polícia Federal. A DPU no Amazonas sensibilizou a Polícia Federal para a necessidade de superar as dificuldades em regularizar os Warao, que não portavam documentos da Venezuela e não tinham o mesmo entendimento sobre “família” e relações de parentesco.

Com relação à geração de renda, as famílias Warao, principalmente as mulheres, participaram de feiras para a exposição e venda de artesanato organizadas pelas entidades civis (Caritas e Pastoral dos Migrantes) e por órgãos governamentais. As mulheres Warao também participaram de oficinas de artesanato, nas quais aprenderam sobre artesanatos de estilo regional.

Já as ações voltadas à educação infantil e juvenil são mais modestas. Algumas iniciativas foram tomadas pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) para promover ações lúdicas. Atualmente, os órgãos estão discutindo um plano de educação diferenciada para os Warao, com sua inserção na rede básica de ensino.

No esforço conjunto de encontrar soluções para os problemas enfrentados pelos Warao em Manaus, vale destacar o papel da Procuradoria da República no Amazonas (unidade sede do MPF no Amazonas), que manteve seu papel de mediadora entre os órgãos governamentais envolvidos no acolhimento, convocando reuniões de trabalho voltadas para agilizar e compatibilizar as ações do Estado e do município.

Além das instituições governamentais oficiais envolvidas nesta questão, é importante ressaltar que ações da Pastoral dos Migrantes, da Caritas Arquidiocesana de Manaus e do Acnur voltadas

para o acolhimento, a geração de renda e a documentação, articuladas com instituições estatais, tornaram-se referência de atuação desde o início do processo do acolhimento.

3.6 Warao em Manaus: “índios na cidade”

A visibilidade dos Warao acampados em condições precárias na rodoviária de Manaus trouxe à tona a problemática social, política e econômica dos “índios na cidade” no estado amazonense e nos demais estados brasileiros. As políticas públicas do Brasil voltadas para os povos indígenas estão fundamentadas ainda em um imaginário histórica e antropológicamente desatualizado sobre o lugar do indígena na sociedade brasileira e no Estado nacional. Entre agentes do indigenismo no Brasil, prevaleceu uma percepção romantizada e a busca de uma “pureza primitiva”, que desembocou na construção do que a antropóloga Alcida Rita Ramos (1995) chama de “índio hiper-real” – uma visão exótica sobre o que deveria ser um “índio de verdade”. Neste contexto ideológico brasileiro, o “índio na cidade” é visto como alguém que teria “perdido” sua identidade, sua vinculação com um modo de vida “ancestral”, e que estaria “ocupando espaços” aos quais não teria direito (Baines, 2001). Dito de outra forma, a imagem constituída no Brasil é a do “índio” como aquele sujeito que vive nu, usa cocar de penas, mora em uma maloca de palha, alimenta-se da caça e da pesca e possui hábitos “não civilizados” (Oliveira, 2016).

A prestação de assistência aos Warao nas cidades brasileiras (seja em Boa Vista, seja em Manaus, Santarém ou Belém, com possibilidade de atingir outras mais) como um povo indígena com direito a viver sua cultura e a ter seus direitos respeitados como imigrantes desafiou agentes públicos e entidades civis a enfrentar os limites da execução de políticas de assistência para povos indígenas em situação urbana no Brasil. A complexidade da imigração Warao está justamente em reconhecer estes limites, o que significaria o Estado brasileiro ter que assumir o descompasso histórico de sua fundamentação ideológica em reconhecer a cidadania diferenciada desses povos somente quando estão vinculados às terras regularizadas como tradicionalmente indígenas - uma distorção histórica relacionada à concepção de “índios aldeados”.

Os Warao escancararam a presença de indígenas nas cidades brasileiras como um fenômeno de inserção marcadamente periférica, constituindo uma população invisibilizada, que convive em meio à exclusão econômica, social e moral, e é alvo de forte discriminação (Baines, 2001). Como falar em políticas públicas diferenciadas para os Warao se as próprias políticas indigenistas nacionais estão viradas de costas para a realidade dos muitos indígenas brasileiros que vivem nas cidades? Enfim, nos dizeres de Carlos Fuentes (apud Ramos, 1995, p. 05): “como lutar contra a injustiça sem criar injustiça?”

3.6.1 Warao: entre a biomedicina e a bruxaria

No tocante às políticas de saúde voltadas para esses indígenas, a pesquisa de campo em Manaus indica que a SEMSA tem envidado esforços para se aproximar da população Warao, realizar exames diagnósticos e mesmo conduzir os enfermos ao ambiente hospitalar. Contudo, o relacionamento entre equipes de saúde e pacientes Warao não transcorre sem resistências, apesar da dedicação dos agentes públicos engajados no programa Consultório na Rua e em outras iniciativas. Enquanto os agentes de saúde estão preocupados com infecções, alcoolismo, drogadição, sarampo e cuidados neonatais, os indígenas oscilam entre a biomedicina e a feitiçaria de seus inimigos. Esta nota etnográfica ilustra este ponto:

no dia 27 de outubro de 2018, por volta das 10h da manhã, uma caminhonete do Consultório na Rua chegou à casa localizada na av. Tarumã, centro de Manaus. A agente de saúde tinha a missão de conduzir o senhor Sebastian Martinez até o Hospital “28 de Agosto”, onde estava internada sua filha pequena com febre intensa. O homem seguiu com seus afazeres diários e sequer deu importância à presença da funcionária municipal na casa. A agente de saúde foi embora um tanto quanto chateada pelo tempo de trabalho desperdiçado. O pai, por sua vez, estava concentrado na tarefa de preparar o alimento dos outros filhos enquanto sua esposa estava na rua tentando conseguir algum dinheiro. Aguardando o assado de frango ficar pronto, conversou com a equipe de pesquisadores. Sebastian se abriu para falar sobre o processo de adoecimento e cura entre os Warao. Segundo ele, os Warao não morrem de doenças conhecidas pelos brancos. Confirmando o que indivíduos de outras casas já haviam explicado, o que acomete os Warao de morte é sempre a mesma causa: *la brujería*. No caso de Sebastian e sua filha pequena hospitalizada, ele não tinha o que temer, pois a menina estaria com sintomas curáveis por meio das “medicinas de hospital”, o que se provou verdadeiro alguns dias depois. Sebastian estava preocupado, sim, com suas dívidas adquiridas junto a um *brujo* que reside na região de Tucupita. Referindo-se a uma outra ocasião, passada, ele conta que a mesma criança quase morreu em virtude de um feitiço lançado por um poderoso *brujo* que residiria na localidade de Barrancas. Na oportunidade, Sebastian, que já estava no Brasil, se viu obrigado a retornar até o Delta Amacuro e contratar os serviços de um curandeiro em Tucupita para desfazer o feitiço do ofensor. Disse ter adiantado R\$ 50,00 para o bruxo retirar o feitiço da menina, mas que a dívida ainda estava aberta. Por isso, ele apoiava que sua mulher saísse às ruas para pedir dinheiro e vender artesanato, tendo em vista conseguir dinheiro para quitar a dívida com o bruxo defensor. Caso a família não cumpra com o acordo, a menina pode voltar a sofrer e mesmo vir a óbito (Caderno de Campo, 27/10/2017).

Esta pequena história exemplifica as dificuldades existentes na atuação dos profissionais de saúde diante da concepção de saúde e doença dos indígenas em contextos urbanos. Assim como para outros ameríndios, os espíritos podem tanto retirar quanto salvar vidas (Descola, 2006). Essa visão “espiritualizada” da medicalidade não impede, contudo, que eles aceitem os tratamentos biomédicos quando se trata de doenças “de branco”. O contato entre o conhecimento “ocidental” e o conhecimento “indígena” sobre doenças e curas insere os profissionais de saúde em uma necessária problematização sobre a vivência da atenção diferenciada em ambiente de “intermedicalidade”.

Essa intermedicalidade pode ser entendida como a zona de contato intercultural entre saberes médicos distintos e, por vezes, contraditórios (Fóller, 2004; Kelly, 2015). De um lado, temos a biomedicina, amparada em preceitos científico-materialistas, e, de outro, sistemas de interpretação de doenças e práticas de cura que incorporam agências espirituais. O caso Warao chama atenção para a necessidade de adaptar os procedimentos das equipes de saúde bem como dos equipamentos públicos que recebem essas pessoas.

Ao longo da pesquisa, os representantes da SEMSA expressaram uma preocupação relativa à autonomia dos Warao em buscar os serviços de saúde. Mesmo com as casas situadas nas proximidades de alguma UBS, não houve registro de procura dessas unidades pelos Warao. Há duas hipóteses para essa resistência: i) os Warao não consideram eficaz o atendimento de saúde oficial ou ii) o serviço não é atraente por falta de comunicação intercultural.

Como apresentado no caso do senhor Sebastian, as “medicinas dos hospitais” podem, sim, curar algumas doenças. A coexistência de dois sistemas médicos não implica a substituição de um conhecimento pelo outro. Trata-se de uma epistemologia pragmática vinculada à busca pela terapia mais adequada para cada tipo de enfermidade. No caso em tela, fica evidente que não há substituição de modelos de interpretação de doença e cura, mas sim a criação de uma intermedicalidade que carrega características tanto da biomedicina “ocidental” como da “medicina tradicional indígena”. Segundo Maj-Lis Fóller, que leva anos de pesquisa dedicada ao assunto, “os elementos

da biomedicina são incluídos, de acordo com as fontes, porque fortalecem a etnomedicina, o que constitui um processo de indigenização. Este meio-termo envolve tanto aceitar o conhecimento biomédico quanto resistir ao poder e à ideologia da biomedicina” (2004, p. 144).

Isto significa que a primeira hipótese não se aplica, levando-nos a explorar a segunda. Os indígenas não procuram as UBS justamente porque se ressentem da falta de pessoal capaz de realizar a comunicação intercultural. Como outros grupos de indígenas na cidade, os Warao não enxergam nas UBS um local preparado para receber suas demandas sobre doença e cura, ainda que algumas enfermidades possam chegar a bom termo graças aos cuidados biomédicos. Nota-se, portanto, que a falta de abertura para lidar com as causas reclamadas pelos indígenas é o que impede a construção de uma ponte entre essa população indígena urbana e os serviços de saúde oficiais.

O Sistema Único de Saúde brasileiro possui o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, composto por Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que atua por meio de equipes multidisciplinares compostas por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e Agentes Indígenas de Saúde (AIS)– indivíduos formados nas próprias comunidades indígenas e treinados para realizar a comunicação intercultural. Os AIS podem tanto sensibilizar médicos e enfermeiros sobre a importância dos tratamentos xamânicos quanto sensibilizar seus parentes a respeito da necessidade de uma intervenção biomédica. Um problema grave concernente a este subsistema de atenção diferenciada é sua orientação de prestar assistência aos povos indígenas apenas quando estão nas terras indígenas, desobrigando-se do atendimento quando estão na cidade. Aqui se instala uma grave lacuna institucional ao considerar o Estado brasileiro responsável pelos indígenas apenas em suas terras e não na situação urbana. No entanto, os prestadores públicos de serviço de saúde, como as UBS de Manaus, não contam com nenhum agente especializado em saúde indígena, como AIS, ou pelo menos com tradutores capazes de lidar com a grande diversidade linguística amazônica – somente na calha do Rio Negro, que banha Manaus, contam-se mais de vinte línguas. Uma vez na cidade, toda essa diversidade, agora incluindo os Warao, não encontra amparo no sistema de saúde oficial.

4. Propostas para a construção de políticas migratórias indigenistas em contextos urbanos

Com base nas ações em andamento e indagando sobre seus limites e suas potencialidades, em diálogo com os Warao e agentes públicos envolvidos na questão do acolhimento, chegou-se a uma série de sugestões:

4.1 Documentação

- Assessoria para converter a solicitação de refúgio em visto de residência temporária;
- Simplificação das exigências documentais para expedição do visto;
- Criação de um grupo de trabalho intersetorial para diagnosticar e oferecer soluções aos entraves jurídicos à emissão de documentos, considerando as constantes dificuldades dos indígenas em preencher os requisitos exigidos pela legislação vigente;
- Parceria com as instituições emissoras de documentos (PF, MPT, Cadastro Único) para realizar mutirões de emissão de documentos nos locais de abrigo;
- Assessoria jurídica sobre como fazer e onde conseguir os documentos, sobretudo para os recém-nascidos no Brasil;

- Elaboração de material informativo bilíngue (warao/espanhol) com as instruções sobre a emissão de documentos (cartilhas e audiovisual);
- Cadastramento dos Warao como artesãos no Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- Regularização profissional dos indígenas com reconhecimento da documentação emitida na Venezuela.

4.2 Geração de renda

- Criação de fundos para fomentar projetos de geração de renda, incluindo aquisição de materiais, capacitação gerencial, precificação, comercialização etc.;
- Criação de um grupo de trabalho intersetorial para estudar a adequação de políticas e programas de geração de renda atualmente existentes, visando atender as condições do público Warao;
- Inserção permanente dos indígenas em espaços de comercialização de artesanato;
- Articulação com órgãos ambientais para definir medidas de acesso e manejo do Buriti, adequadas à legislação vigente e conforme os princípios da sustentabilidade ambiental;
- Estudo da viabilidade de acordos comerciais bilaterais (Brasil–Venezuela) para a importação de mercadorias e artesanato Warao, visando a sua comercialização no Brasil;
- Estudo de viabilidade da inserção dos indígenas Warao na atividade pesqueira local (pesca, tratamento, comercialização etc.);
- Regularização profissional com reconhecimento de formação emitida na Venezuela;
- Contratação de professores Warao para ensinar a língua materna às crianças;
- Contratação de agentes indígenas de saúde Warao pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai);
- Tarifa social para facilitar a circulação pela cidade.

4.3 Saúde

- Promoção de ações educativas voltadas para a prevenção de doenças, sobretudo aquelas que atingem crianças;
- Incentivo à intermedicalidade (conhecimentos ocidentais e conhecimentos warao), com a criação de espaços nas casas para cultivo de plantas medicinais;
- Inclusão dos Warao no subsistema de saúde diferenciada indígena (Sesai), que deve ser aprimorado para efetivar a atenção diferenciada aos indígenas em contextos urbanos;
- Disponibilização de equipe multidisciplinar para acompanhamento dos Warao em atendimento de saúde, visando garantir a assistência diferenciada nas UBS e/ou hospitais;
- Priorização da contratação de agentes indígenas de saúde Warao pela Sesai.

4.4 Educação

- Contratação de professores Warao visando garantir uma educação indígena diferenciada, respeitando sua diversidade linguística e cultural;
- Viabilização do ensino da língua portuguesa e da matemática nas casas e nos abrigos, de forma a atender demanda dos próprios Warao no sentido de sua inclusão socioeconômica no Brasil;
- Atenção às necessidades diferenciadas para aqueles que estão em trânsito e aqueles que tendem à permanência de maior duração;

- Oferta da possibilidade de um regime seriado, visando atender os diferentes níveis de escolaridade;
- Acompanhamento técnico-pedagógico para inserção e permanência de alunos na rede pública de ensino fundamental e médio;
- Criação de canais de comunicação entre os Warao e as instituições de ensino superior visando ao acesso às ações afirmativas;
- Ocupação de espaços públicos para manifestação cultural e lazer (jogos, festas etc.).

4.5 Moradia e trânsito

- Oferta ou adaptação de locais de acolhimento visando atender especificidades culturais Warao, como a autonomia de preparar o próprio alimento e, inclusive, a predileção pelo fogo de chão;
- Disponibilização, nos locais de acolhimento, de utensílios e acessórios de cozinha capazes de atender famílias numerosas (por exemplo, panelas e frigideiras grandes);
- Facilitação do retorno aos mesmos locais de abrigo (casas) após alguma viagem;
- Revisão do fluxograma de acolhimento oficial atualmente vigente em Manaus, uma vez que a impossibilidade de retorno à mesma localidade enfraquece as redes familiares, que são fundamentais para garantir a reprodução sociocultural dos grupos e subgrupos em sua diversidade;
- Inserção das famílias que desejam a permanência continuada numa mesma cidade nas políticas habitacionais já acessadas pelos povos indígenas do Brasil.

4.6 Cultura

- Garantia de espaço para manifestações culturais dos Warao na cidade;
- Combate à xenofobia;
- Respeito às suas crenças e tradições;
- Incentivo e viabilização do aprendizado da língua materna à segunda geração;
- Garantia de espaços para a prática de esportes em espaços públicos da cidade;
- Apoio à ação de mediadores culturais em vista do diálogo intercultural com outros grupos indígenas do Brasil e com a sociedade abrangente.

5. Considerações finais

As observações do trabalho de campo entre os Warao, apesar do curto período para realizá-lo, nos permitem visualizar alguns vetores indicativos da presença deles no Brasil, os quais devem orientar a formulação de políticas públicas voltadas para populações indígenas em situação de deslocamento. Por se tratar de um grupo diferenciado, seja do ponto de vista étnico, demográfico e social, os Warao apresentam vulnerabilidades não encontradas em outros grupos de imigrantes mais recentes, como os haitianos, que também se deslocaram para o Brasil tendo como porta de entrada o norte do país (Silva, 2017). No caso dos haitianos, vimos a imediata inserção laboral de grande parte deles, num contexto de expansão econômica que marcou a economia brasileira entre 2010 e 2014. Com relação à imigração dos Warao, o contexto é outro, seja pela sua especificidade étnica, que reduz as possibilidades de inserção no mercado de trabalho brasileiro, em razão das qualificações exigidas, não condizentes com sua cultura; seja pelas perspectivas mencionadas por eles em relação à permanência de curto ou longo prazo no Brasil.

Entre as questões suscitadas no diálogo com as lideranças Warao e agentes públicos envolvidos no seu acolhimento em Manaus, destacamos:

- Processo de consolidação de um campo de circulação migratória entre o Brasil e a Venezuela: a volta de parte deles a seu país no fim do ano para visitar parentes e levar alimentos, roupas e outros objetos pode ser o indicativo de um retorno temporário e a criação de um campo de circulação migratória entre os locais de partida na Venezuela e os de passagem ou estadia temporária ou prolongada no Brasil. Contudo, tal condição conflita com o instituto do refúgio acionado por alguns migrantes, que supõe a existência de perseguição e impossibilidade de retorno;
- Estabelecimento de circulação interna dos Warao em território brasileiro: a presença de um grupo em Santarém e Belém parece ser outra possibilidade, bem como a circularidade entre as cidades da Região Norte. A migração para outras regiões brasileiras também não pode ser descartada.
- A dinâmica de mobilidade de populações dos Warao, cujas motivações para se fixar ou se manter em movimento fogem às categorizações tradicionalmente empregadas pelos agentes estatais;
- A diversidade dos desejos familiares dos Warao quanto a permanecer mais tempo no Brasil ou voltar para a Venezuela o mais breve possível;
- A necessidade de inserir os Warao na sociedade envolvente sem, com isso, atentar contra seus modos de vida, bem como de criar canais de diálogo com a Fundação Nacional do Índio e os movimentos indígenas;
- A frágil articulação administrativa entre os entes federados (município, Estado, União), bem como entre as próprias organizações internacionais dedicadas às migrações, quanto à agilidade de tomada de decisões e à execução de ações;
- A falta de comunicação intercultural entre os modos de vida Warao e a legislação brasileira, sobretudo quanto aos seus direitos e obrigações como cidadãos no Brasil e como povo indígena com direitos específicos nos Estados Nacionais (Convenção 169 da OIT);
- A necessidade de estabelecer um protocolo de atenção para os migrantes indígenas.

REFERÊNCIAS

- Baeninger, Rosana;Peres, Roberta. Migração de crise. *Rebep*, v.34, n.1, p. 119-143, jan./abr. 2017.
- Baines, Stephen G.. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, ano 1, n. 07, p. 15-17, 2001.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria nº 280, de 14 de julho de 2017. Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao Município de Manaus para a execução de ações socioassistenciais devido ao grande contingente de imigrante. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 2017.
- Descola, Philippe. *As lanças do crepúsculo: relações jívaro na Alta Amazônia*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- Follér, Maj-Lis. Intermedicalidade: a zona de contato criada por povos indígenas e profissionais de saúde. In:Langdon, Esther Jean;Garnelo, Luiza (org.). *Saúde e povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Brasília: Contra Capa/Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 129-148.
- García Castro, Alvaro. Mendicidad indígena: los Warao Urbanos. *Boletín Antropológico*, n. 48, p. 79-90,2000.
- Gassón, Rafael;Heinen, Dieter. ¿Existe un Warao Genérico? Cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del Delta del Orinoco y el Territorio Warao-Lokono-Paragoto. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 10, n. 1, p. 37-64, 2012.
- Geertz, Clifford. Ethos, visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Heinen, H. Dieter; Ruddle, E. Kenneth. Ecology, ritual and economic organization in the distribution of palm starch among the Warao of the Orinoco delta. *Journal of Anthropological Research*, v. 30, n.2,p. 116-138, 1974.
- Jarochinski Silva, João C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. In: Encontro Anual da Anpocs, 41., Caxambu (MG), 2017.
- Kelly, José Antônio.Uma etnografia de ponta a ponta: o Ministério da Saúde e os Yanomami do Amazonas, Venezuela. In:Langdon, Esther Jean;Cardoso, Marina (org.). *Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina*. Florianópolis: Ed. UFSC,2015. p. 279-306.
- Moreira, Elaine;Camargo, Júlia. Pesquisa qualitativa. In:Simões, Gustavo (org.).*Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.p. 49-91.
- Oliveira, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- Prefeitura de Manaus. Decreto nº 3.689, de 4 de maio de 2017. Declara situação de emergência social no Município de Manaus, devido o intenso processo de imigração dos indígenas da

etnia Warao, oriundos da Venezuela, acampados em área pública, submetidos à situação de risco pessoal e social, em especial, crianças adolescentes e idosos. *Diário Oficial do Município de Manaus*, 4 maio 2017a.

_____. Decreto nº 3.819, de 22 de setembro de 2017. Declara situação de emergência social no Município de Manaus, em virtude da ainda presente e intensa migração de indígenas venezuelanos da etnia Warao, submetidos à situação de risco pessoal e social, em especial, crianças adolescentes e idosos, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Manaus*, 22 set. 2017b.

Ramos, Alcida R. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, p. 05-14, 1995.

Ramos, Luciana; Botelho, Emília; Tarragó, Eduardo. *Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima*. Parecer Técnico n. 208/2017/Seap/6aCCR/PFDC. Brasília: Procuradoria-Geral da República, 2017.

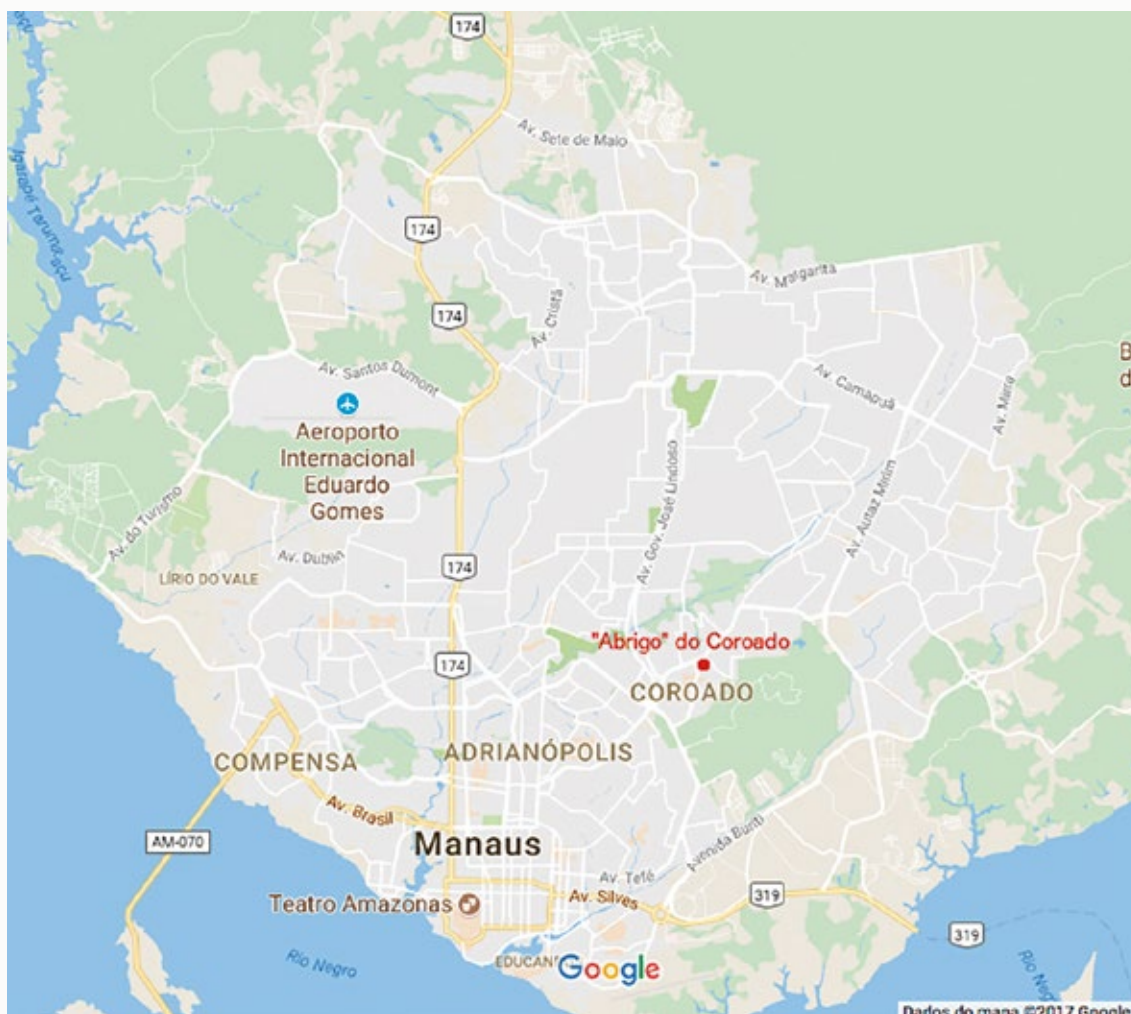
Sayad, Abdelmalek. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

Silva, Sidney Antonio da. Imigração recente na Região Norte: impactos e desafios às políticas públicas. In: Zimerman Artur. (Org.). *Impactos dos fluxos migratórios recentes no Brasil*. 1ed. Santo André: UFABC, v. 11, p. 10-27, 2017.

Truzzi, Osvaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v.20, n.1, p.199-218, 2008.

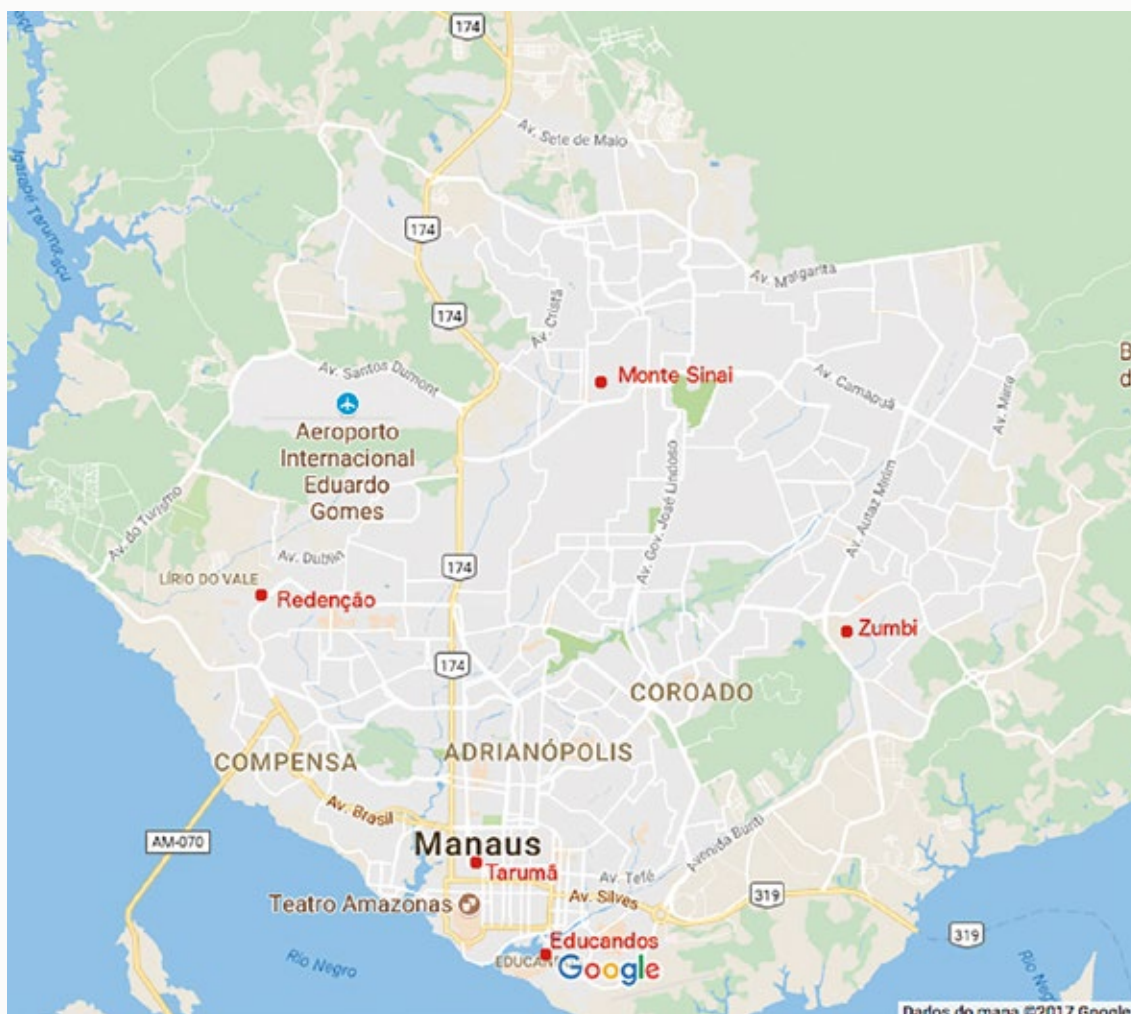
ANEXOS

Anexo I – Abrigo do Coroado



Fonte: Google Maps

Anexo II – Casas



Fonte: Google Maps

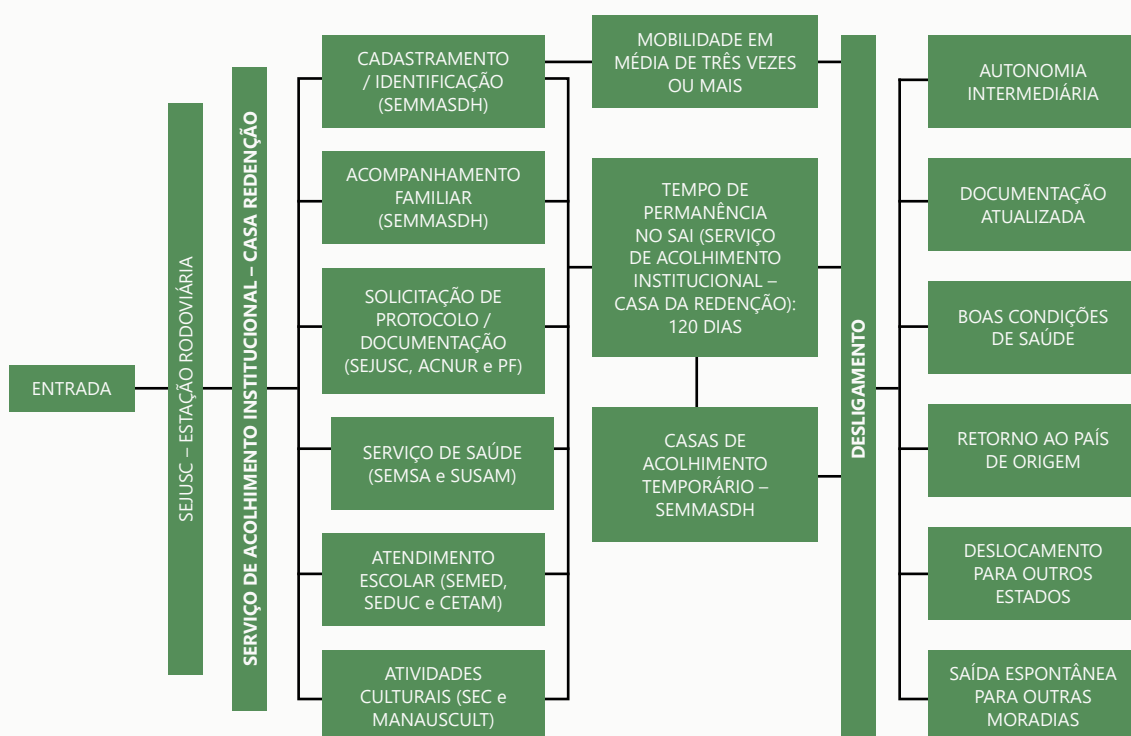
Anexo III – Quantitativo Warao

(Dados divulgados pela Sejusc em 25 de janeiro de 2018)

Casas e abrigo por localização	Número de pessoas	Liderança
Rua Sá Peixoto n. 244, Educandos	7	Planche
Rua Natividade n. 40, Redenção	30	July
Rua Verbena n. 368, Vale do Sinai	50	Simplicio
Av. Tarumã n. 560, Centro	52	Orlando
TOTAL GERAL	139	
Retorno para a Venezuela – Maio/2017		33
Retorno para a Venezuela – Junho/2017		68
Retorno para a Venezuela – Julho/2017		92
Retorno para a Venezuela – Agosto/2017		35
Retorno para a Venezuela – Setembro/2017		01
Retorno para a Venezuela – Outubro/2017		59
Retorno para a Venezuela – Novembro/2017		0
Retorno para a Venezuela – Dezembro/2017		30
Retorno para a Venezuela – Janeiro/2018		01
Desligamento do SAI – Destino Casas		52
Desligamento do SAI – Destino Pará (2017)		159
Desligamento do SAI – Destino Pará (2016)		16
Óbitos até 25/1/2018		05
TOTAL		551
Recepcionados durante o plantão – Junho/2017		109
Recepcionados durante o plantão – Julho/2017		58
Recepcionados durante o plantão – Agosto/2017		45
Recepcionados durante o plantão – Setembro/2017		0
Recepcionados durante o plantão – Outubro/2017		15
Recepcionados durante o plantão – Novembro/2017		02
Recepcionados durante o plantão – Dezembro/2017		0
Recepcionados durante o plantão – Janeiro/2018		16
Recepcionados no SAI – Outubro/2017 (direto)		09
Recepcionados no SAI – Novembro/2017 (direto)		06
Recepcionados no SAI – Dezembro/2017 (direto)		34
Recepcionados nas casas – Janeiro/2018 (direto)		20
TOTAL		314

Anexo IV – Fluxograma de acolhimento reformulado para 2018

FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO – INDÍGENAS VENEZUELANOS WARAO –
SEJUSC / SEAS / SEMMASDH / SEMSA / SEMED



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-94066-04-6



9 788594 066046

Apoio:



Realização:



UFAM